

AS POLÍTICAS AMBIENTAIS NO DISCURSO INDUSTRIAL FACE ÀS NOVAS EXIGÊNCIAS DE MERCADO

Bruno Bottino de PAIVA
Akenya Freire de ALKIMIM
Vinícius Nascimento CONRADO
Vinícius Machado ROCHA
André de Carvalho OKANO
Maria Isabel de Jesus CHRYSOSTOMO¹

Introdução

A economia global caracteriza-se pelo desajuste entre as formas e ritmos de extração, exploração e transformação dos recursos naturais e das condições ecológicas para sua conservação, regeneração e aproveitamento sustentável. A aceleração em ritmos de rotação de capital e na capitalização da renda do solo para maximizar os lucros ou excedentes econômicos no curto prazo gerou uma crescente pressão sobre o meio ambiente. Estes padrões produtivos geram por sua vez, níveis de poluição dos rios, lagos e mares que afetam a produtividade sustentada de recursos naturais nos ecossistemas terrestres e aquáticos.

O que se observa é que os processos de destruição ecológicos têm sido resultados de práticas inadequadas no uso dos recursos naturais que estão relacionados a um padrão tecnológico e a um modelo depredador de crescimento que permite maximizar os lucros no curto prazo, revertendo seus custos sobre o meio ambiente. Na tentativa de conter o avanço dessa economia depredadora, que põe em risco a sobrevivência humana, surgiram, no cenário mundial, movimentos de cunho ambientalista que alertavam a população sobre a necessidade de se adequar o desenvolvimento tecnológico à capacidade suporte do meio ambiente.

“Tanto a estrutura produtiva quanto os modelos teóricos-metodológicos existentes (até o início dos anos 70) tomavam os "recursos naturais" como inesgotáveis e dotados de plasticidades absolutas, capazes de regeneração, autocorreção e reversibilidade plenas. Essa concepção (...) que via os recursos naturais como realidade passiva, foi surpreendida pela violência da crise ambiental, pela contundência de questões como efeito estufa e o buraco na camada de ozônio, em que se evidenciam a insensibilidade e a irracionalidade dos mecanismos de mercado” (PAULA, 1997, p. 211).

¹ Orientadora -UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA – UFV; e-mail: bbottino@bol.com.br

À medida que aumentavam as preocupações com a manutenção e melhoria da qualidade dos recursos naturais, bem como a proteção da saúde humana, cresceram as organizações ambientais que voltaram suas atenções para os potenciais impactos negativos de suas atividades, produtos e serviços. Tais organizações ambientais, que ganharam força a partir da década de 90, sobre tudo nos países subdesenvolvidos visto que, esse processo ocorreu nos países desenvolvidos bem antes, conferiram mudanças significativas no contexto econômico global. Começou, então a se pensar no desenvolvimento a partir da lógica de sustentabilidade, ou seja, de forma a aliar produção econômica com preservação e conservação da natureza. Essas transformações foram, gradativamente, agregadas no sistema global e se constituem, hoje, como estratégias comerciais, uma vez que um novo tipo de capital começa a ser incorporado na lógica econômica: o capital natural.

No intuito de se enquadrar às normas ambientais internacionalmente aceitas, as empresas procuram nas certificações assistência para a implantação de um sistema de gestão ambiental (SGA) universalmente aceitos. As certificações ISO, são as mais conhecidas no cenário mundial.

Os mecanismos de comando e controle e normas são, do ponto de vista das empresas, regulamentações “externas”, pois resultam de interesses externos ao mercado. Constitui-se, todavia, numa tecnologia de referência, isto é, num diferencial ambiental que pode mudar ou aprofundar as vantagens de uma determinada empresa. Nas escalas nacional e regional, a adoção de um sistema de gestão normativo implica que o meio ambiente está integrado à estrutura organizacional da empresa.

Essas mudanças no mercado constituíram-se em modificações na ação das empresas, haja vista que o desempenho ambiental foi ganhando cada vez mais importância no mercado internacional. Assim, tornava-se de fundamental importância a adequação do ritmo de produção das empresas às necessidades do mercado. Na perspectiva de compreender melhor essas mudanças ocorridas nas estratégias empresas o trabalho objetiva analisar a incorporação de políticas ambientais no discurso e na prática das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A (Usiminas), a partir do período de 1970 até os dias atuais, no intuito de compreender as transformações ocorridas no mercado a partir da lógica “natural” este trabalho busca analisar a importância das políticas ambientais, adotadas pela Usiminas, no sentido de autopromoção da empresa, junto ao mercado nacional e internacional.

A implantação da Usiminas e as mudanças na economia brasileira

Durante a vigência do Estado Novo (1937 - 1945), novos e importantes passos foram dados no envolvimento do Estado no processo de desenvolvimento. O mais importante foi, provavelmente, o estabelecimento de uma usina siderúrgica integrada em Volta Redonda, por uma empresa estatal, a Companhia Siderúrgica Nacional. Ela foi importante, em primeiro lugar, por que levou a um novo patamar a industrialização por substituições de importações que até então havia implantado indústrias leves, viáveis em produção em escalas modestas e que, portanto, podiam ser capitalizadas por meio de acumulação dos próprios lucros. E em segundo lugar, por que deu início a criação de empresas produtivas pelo Estado (SINGER, 2001).

A industrialização por substituição de importações dependia da expansão do mercado interno que absorvia seus produtos. A industrialização, antes voltada para o mercado externo, passou em função da guerra, a depender da expansão da demanda interna, que se achava, no entanto, segmentada em mercados regionais, apenas precariamente interligados pela navegação de cabotagem.

Nessas condições a união física dos mercados regionais era a única maneira de possibilitar o crescimento de novas indústrias e propiciar a formação de economias de escala mediante a produção em massa. Essa expansão, a partir de 1950, não mais se dava por meio de rede ferroviária, como no período pré-guerra, onde as ferrovias ligavam quase que exclusivamente os centros de produção ao porto, mas sim a partir da construção de rodovias. A maior capacidade do transporte rodoviário se adaptar, entenda-se ser mais barato, foi uma das razões que lhe permitiram superar o transporte sobre trilhos no Brasil.

No período entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o final dos anos 70, o Brasil parte para um programa de desenvolvimento nacional com a atuação decisiva do Estado para promover a industrialização. Nesse processo de desenvolvimento nacional, sobretudo com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, começam a emergir as problemáticas urbana e ambiental como resultante do processo de modernização brasileira. Nesse contexto, o Brasil deixa de ser um país predominantemente rural, para tornar-se urbano, porém com as cidades apresentando uma série de problemas, tais como a falta de infra-estrutura e serviços urbanos básicos. Além disso, a exploração intensiva e predatória de recursos naturais e a implantação de grandes projetos industriais e de infra-estrutura promoveram uma pesada degradação ambiental.

Não se pode deixar de registrar que a mudança da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho se deveu, em grande parte ao interesse das empresas multinacionais em utilizar países semi-industrializados, como plataforma de exportação, visando ao lucro com baixo custo de mão-de-obra, em comparação com o vigente nos

países industrializados. A partir de 1970 o Brasil, mais uma vez volta-se parcialmente para fora, agora, no entanto, não mais como exportador de produtos primários, mas de manufaturados.

Nas duas últimas décadas do século XX, o paradigma Keynesiano foi substituído por outro, o monetarista, que restaurou as crenças liberais que haviam sido dominantes até a década de 1930 e o Brasil enfrenta uma nova crise, pois a política adotada no passado começava a apresentar sinais de fraqueza. O país experimenta uma estagflação de extraordinária intensidade, caracterizado pela queda da produção e do emprego, da massa salarial e do consumo, além da redução do custo de vida que subia de forma acelerada.

Durante o seu curto mandato (1990 - 1992), Collor inaugurou o neoliberalismo no Brasil, abrindo gradativamente o mercado interno as importações e iniciando a privatização das empresas estatais produtivas.

No entanto, na maioria das cadeias produtivas, as câmaras setoriais, responsável pela produção de certa classe de bens de consumo, não foram capazes e estabelecer acordos, o que gerou uma invasão de produtos manufaturados advindos principalmente da Ásia, o que causou uma diminuição da produção nacional e a busca de se atualizar tecnologicamente. Tanto a redução de produção quanto a busca por novas tecnologias causaram a eliminação de postos de trabalho, iniciando assim, uma crise estrutural da indústria e da agricultura dentro da grande crise inflacionária.

Em 1994, o governo Itamar Franco, lança o Plano Real, que consegue segurar a inflação e gradualmente estabilizar os preços; vale lembrar que esta estabilização dos preços se dá as custas do agravamento da crise industrial agrícola. A baixa forçada dos preços, em função de grandes quantidades de produtos asiáticos no mercado, provocou falência de muitos industriais e agricultores e conseqüentemente gerou uma grande massa de desempregados, mas em compensação o poder de compra de muitos pobres aumentou.

As conseqüências da crise industrial e agrícola que se agravaram com as recessões de 1997 e 1998, são registradas por Sonia Rocha apud SINGER, 2001, nos seguintes dizeres: “a evolução crescente do mercado de trabalho metropolitano tem sido particularmente desfavorável para os mais pobres. Como é compreensível, a reestruturação e a modernização produtiva, tem um impacto mais adverso para os indivíduos com um menor nível de escolaridade – até 4 anos de estudo. Entre o segundo semestre de 1994 e maio de 1995 foram extintos 1,3 milhão de postos de trabalho para indivíduos com esse nível de qualificação”.

Em suma, o efeito colateral não desejado, mas esperado, foi a queda da atividade produtiva e o aumento do desemprego. Não resta dúvida de que a estabilização dos preços

melhorou a situação das camadas de menor renda enquanto, no mesmo período, a crise estrutural da produção de bens comercializáveis destruiu milhões de postos de trabalho, em sua maioria formais e de remuneração mediana, lançando muitas famílias à base da pirâmide de repartições de renda, constituindo uma nova pobreza.

A criação da Usiminas no contexto político-econômico do Brasil dos anos 50

Num cenário brasileiro de euforia e otimismo gerados pelo Plano de Desenvolvimento do governo Kubitscheck, fundava-se a Usiminas, em abril de 1956, no Horto de Nossa Senhora da Glória, atual Ipatinga. Dois anos depois, em 1958, a Usiminas tornou-se uma *joint venture*, com a participação de capital estatal em parceria com acionistas japoneses. Essa união entre o capital japonês e o capital estatal ficou conhecida como acordo Lanari-Horidoshi, e foi assinado em junho de 1957.

Os esforços conjuntos da iniciativa privada e do governo japonês tiveram como resultado o estabelecimento da sociedade Nippon Usiminas, com os objetivos de fazer os investimentos de capital na Usiminas e suprir a siderúrgica de maquinaria e equipamentos, permitindo assim um novo estilo de gestão compartilhada – nos moldes da iniciativa privada. Assim, com o aporte de capitais do Governo de Minas Gerais, do Governo Federal e do Japão, foi construída a primeira siderúrgica do estado de Minas que simbolizava a intencionalidade dos investimentos feitos pelo Japão no sentido de demonstrar a presença e a marca de sua tecnologia no mundo ocidental.

De acordo com o histórico da Usiminas no ano que começaram as obras para a construção da Usiminas, Ipatinga era uma pequena vila, com aproximadamente 60 casas e 300 habitantes. A cidade, por isso, não apresentava infraestrutura para receber a população no período que foi implantada a Usina. O Estado desenvolvimentista, neste momento, assume a responsabilidade de, paralela à construção da usina, criar condições para alojar seus funcionários e os empregados da construção civil, além de desenvolver um plano de urbanização, garantindo a expansão do núcleo urbano.

No momento de grande crescimento da economia brasileira, a Usiminas desempenhou um papel importante na economia do país na década de 70, época do milagre econômico. Nesse período, a economia brasileira se apresentava em franco crescimento, reflexo das novas medidas adotadas pelo governo federal. Neste contexto, a Usina serviu de base para o fornecimento do insumo básico para a reativação da indústria pesada – naval, automobilística e de construção civil.

Se a década de 70 foi de crescimento para a economia brasileira, no início dos anos 80 o Brasil se recolhia. Palco de uma profunda recessão, o país enfrentou dívidas, inflação galopante, desemprego e queda do PIB. De acordo com informações do site da empresa,

neste contexto, a Usiminas, buscando se adequar a esse conturbado quadro conjuntural, colocando em prática um programa de economia interna, investindo na manutenção de seu pessoal e melhor utilização de seus recursos físicos, financeiros e humanos, com vistas à garantir o desenvolvimento de suas unidades produtivas.

Na década de 90, a livre iniciativa marcou o início de novas etapas de expansão e desenvolvimento para a Usina. A empresa investiu bilhões de dólares visando a ampla otimização da produção, a atualização tecnológica e a conservação ambiental, para o fortalecimento da imagem da Usiminas, como siderúrgica de ponta no segmento de aços nobres. A siderúrgica fechou, esta década com o Plano de Modernização e Atualização Tecnológica, visando a melhoria da qualidade, o enobrecimento do produto e a manutenção da capacidade produtiva. É importante lembrar que na década de 90, iniciou-se uma grande transformação na economia brasileira; se efetivou o Programa Nacional de Desestatização (PND) da Usiminas. Paralelamente a adaptação à iniciativa privada, a empresa visou estabelecer prioridades para o seu posicionamento no mercado siderúrgico, adotando ações competitivas e procurando se adequar à legislação ambiental. Tendo em vista às demandas do mercado interno e externo, os investimentos da empresa, foram direcionados para a área de atualização tecnológica e ampliação da capacidade produtiva, visando a produção de aços de alto valor agregado. Seu novo posicionamento propiciou a formação do Sistema Usiminas – um conjunto de empresas ligadas à produção, beneficiamento, transporte e distribuição de produtos siderúrgicos.

A Usiminas lidera, hoje, o maior complexo siderúrgico da América Latina e um dos vinte maiores do mundo. O Sistema Usiminas tem como suas principais empresas as siderúrgicas Usiminas e Cosipa, mas mantêm participação (tanto em empresas controladas como coligadas) em setores estratégicos, como logística (Unifast, MRS Logística, Rio Negro, Dufer, Usial, Usiroll e Unigal). Está presente também como acionária, nas siderúrgicas Siderar (Argentina) e Sidor (Venezuela).

Nova ótica ambiental a partir da segunda metade do século XX

A postura desenvolvimentista adotada pela civilização ocidental nos últimos séculos – principalmente após a segunda metade do século XX – disseminou-se para o resto do mundo e fez com que entrássemos em uma crise ambiental sem precedentes históricos. A crise da década de 80 mostrou que o crescimento econômico durante os trinta anos do pós-guerra se fez, em grande parte, às custas de um enorme desperdício de recursos naturais e humanos, o que só foi percebido, nessa época, com o “aprendizado doloroso”. Nesse contexto, o que se acreditava ser sustentado se tornou insustentável, ou seja, encontrou barreiras econômicas e sociais à sua reprodutibilidade.

A exploração desmedida dos recursos naturais se mostrou como um entrave para o desenvolvimento econômico mundial, uma vez que o estoque de natureza passou a ser visto como algo escasso. Assim esse estoque ou “capital natural” começou a ser compreendido, por alguns, como parte integrante e insuperável da riqueza social de uma nação. Dessa forma o que se pode observar, a partir disso, é que o discurso ambientalista de desenvolvimento sustentável surgiu de uma necessidade do próprio mercado econômico em expansão (EGLER, 1997, p. 7).

Refletindo sobre essa possibilidade de futuro insustentável para a humanidade que, a partir do final da década de 1960, dar-se início a diversas discussões sobre o meio ambiente. As primeiras convenções, Estocolmo (1972) e Clube de Roma (início da década de 1970), propõem soluções com ideologias distorcidas, onde se privilegia os países “desenvolvidos” em detrimento dos “subdesenvolvidos”.

O avanço da preocupação ambiental dividiu os países participantes em dois blocos econômicos, pois uma das propostas das nações ricas previa um certo “congelamento” do crescimento das nações pobres para compensar a degradação ambiental causado pelas primeiras, inspirados no Clube de Roma. Contudo, é a partir da Conferência de Founex (1968), na Suíça, sucedida de outras mais, que surge uma proposta chamada e baseada no “ecodesenvolvimento”, que visa o “desenvolvimento sustentável” e a conservação dos recursos naturais. E é esse modelo que serviu e serve de base para diversas organizações e governos em seu gerenciamento do território.

A elaboração de um conceito de sustentabilidade era de fundamental importância nas exigências desse mercado desenvolvimentista, haja vista que para que este conceito se tornasse aplicável seria necessário reconstruir os conceitos de renda e riqueza, considerando as relações de patrimônio natural e o seu uso social no processo produtivo, isto é, seria necessária uma mudança de postura, bem como de ações da sociedade. Seria necessária, ainda, a construção de uma nova ética natural capaz de conferir ao Estado garantir a permanência dos recursos naturais para gerações futuras, bem como, oferecer as bases para o aumento da riqueza nacional.

A questão da sustentabilidade do desenvolvimento econômico consolida-se no cenário político mundial na primeira metade dos anos 90, principalmente após a Rio 92, onde foram firmadas convenções e propostas. Desde então vários organismos e fóruns globais têm sido criados para a conservação da natureza.

A questão ambiental no Brasil assume uma posição importante com o progresso tecnológico e industrial das últimas décadas do século XX. Apesar de existir inúmeras leis sobre o uso dos recursos naturais no país, o primeiro movimento de perfil internacional ocorreu com a Conferência de Estocolmo em 1972, onde inúmeros organismos jurídicos e

regulatórios surgiram para regular o assunto, adotando-se, inicialmente um caráter conservacionista.

A primeira tentativa de se ter uma discussão em nível mundial dos problemas ambientais, ocorreu nesse mesmo período, possuindo ainda a característica de ser temática a reunião. Passou a ser exigido nas discussões a criação de documentos que pudessem ser usados para direcionar as políticas ambientais nos diversos países, uma vez que a legislação diferia bastante entre si.

Infelizmente, o posicionamento brasileiro naquela Conferência (Estocolmo 1972) foi extremamente conservador, pois, através da argumentação de defesa de soberania e de solidariedade com outros países do Terceiro Mundo, acabou por se colocar contra quaisquer formas de controle populacional ou ambiental que pudessem afetar o processo de industrialização acelerada por que passava o país. Em certa ocasião, o governo brasileiro chegou a publicar no “Le Monde” o seguinte aviso: “industriais, venham poluir em nosso país, pois ainda é autorizado”.

O esgotamento de alguns recursos naturais fundamentais e um fortalecimento dos movimentos nos países desenvolvidos contra a degradação e poluição ambiental colocou os países pobres como alvo da emigração de indústrias altamente poluidoras e impactantes ao meio ambiente oriundas dos países centrais, como exemplo do que ocorreu no Brasil. Indústrias, tais como ferro, aço, alumínio, entre outras se dirigiam cada vez mais aos países periféricos, pois estes apresentavam poucas restrições à degradação ambiental, contando muitas vezes com expressivas contribuições fiscais e tributárias.

As mudanças no mercado conferiram transformações no próprio Estado brasileiro no que se relaciona à questão ambiental, haja vista que os movimentos ambientalistas em todo o mundo foi ganhando força. A retomada de novas formas de se encarar os problemas do meio ambiente pelo Estado brasileiro passou a ser (através da pressão das entidades internacionais) muito cobrada.

Mudanças nas ações das empresas face às transformações na lógica do mercado global

Nas últimas décadas, o mercado mundial transformou-se, adequando-se junto as mudanças da sociedade que passou a atribuir maior importância às questões ambientais. Assim, as empresas capitalistas adaptaram-se as mudanças, incorporando novas estratégias, pervertendo e transformando-as em novos artifícios de geração de renda e circulação financeira. Neste contexto, inserem-se os selos e certificações de gestão de qualidade social, ambiental, produtiva e comercial almejadas pelas empresas no atual modelo industrial. Para as empresas não ficarem à parte das novas exigências do mercado

e da sociedade adotam-se esses mecanismos que, neste contexto, passaram a ser reflexo das transformações sócio-econômicas e ambientais nas últimas décadas.

Nesse processo, países europeus que rumam para à formação do mercado comum percebem a importância e a utilidade na padronização das relações comerciais e adotam medidas para esta padronização, criando selos e certificações que garantam a qualidade de determinados produtos e serviços. Tal processo facilita as transações comerciais, pois as certificações reduzem a necessidade de fiscalização de qualidade a cada transação. A exemplo das novas estratégias temos as certificações da ISO (*International Organization for Standardization*), um instituto privado que congrega diversos organismos de normatização em vários países. Que foi criado em 1946, com apenas 25 países membros, alcançando, hoje, mais de 120 países membros.

Essa transformação global é baseada na idéia da ação normativa como princípio de gestão, onde o processo de gestão visa estabelecer, de forma sistemática, padrões de comportamento definidos em função de parâmetros técnicos passíveis de monitoramento, sendo estes acompanhados por órgãos técnicos, públicos ou privados. Assim, a ISO, como maior referência mundial nesse caso, tem o objetivo de estabelecer orientações, especificações e critérios norteadores para procedimentos que cobre desde a elaboração de documentos, até os vínculos contratuais entre as empresas.

Paralelo à crescente aplicação da gestão normativa, as discussões ambientais aumentaram e ganharam maior dinâmica nas últimas quatro décadas, ao ponto de precisarem ser absorvidas pelo mercado capitalista. A crescente preocupação ambiental, engajou-se no âmbito industrial por força da sociedade, mercado e governos, tornando-se um importante fator de apoio na conquista, manutenção e expansão de mercados. Como reflexo da absorção das questões ambientais pelo capitalismo, está a criação de certificações de qualidade e preocupação ambiental, a exemplo da ISO 14000 (Norma 14001), dessa forma como analisa Moreira (2003) ,

A empresa se compromete a melhorar continuamente sua performance e atuação em relação ao meio ambiente, o que envolve, neste sentido, mudanças radicais no processo produtivo, implantação de políticas de educação ambiental para os funcionários, bem como investimentos em projetos ambientais (MOREIRA, 2003)

As transformações exigem um grande investimento em capital financeiro e humano por parte de empresa, entretanto, a detenção de um certificado não significa o fim das práticas poluidoras ou, por outro lado, que um desastre ambiental acarretará na perda da certificação ambiental. A posse do selo independe desses fatores, apenas busca mostrar ou indicar um compromisso de desenvolvimento de técnicas para reduzir os índices de poluição. Logo, as ações de preocupação ambiental são tomadas sem considerações

morais, sendo utilizadas como escamoteadoras da real degradação proporcionada pelo modelo industrial, apesar de provocarem uma mudança estrutural na rotina da empresa.

A manutenção das certificações está atrelada às fiscalizações periódicas que buscam a confirmação do compromisso da empresa. Todo esse despêndio financeiro, humano e de tempo servem também como *marketing* de empresas que buscam consolidar-se ou conquistar mercados. Logo, tal estratégia distancia-se de ações altruístas como a preocupação com o bem-estar do meio ambiente e da sociedade. Assim, o problema está na possibilidade desse sistema normativo vir a legitimar determinadas opções tecnológicas que levariam ao enrijecimento do campo de negociações com outros atores.

Como a negociação ocorre estritamente em domínio privado, os selos e certificações (como as ISOs) não engajam um projeto de desenvolvimento sustentável. Os critérios normativos adotados pelas empresas não necessitam de apoiar-se em estratégias de desenvolvimento a longo prazo. Essa estratégia se aproxima do comportamento reativo descrito por BAUMOL (1979), que privilegia o processo de tomada de decisão como arbítrio entre o atendimento à regulamentação legal e às exigências de mercado.

Estratégia Ambiental da Usiminas

De acordo com o histórico da empresa, a Usiminas iniciou a sua operação em 1962, com diversos equipamentos de controle ambiental em suas unidades de produção, apesar de, naquela época, serem mínimas as exigências relativas ao controle do meio ambiente, tanto no plano nacional quanto na esfera internacional. À medida que a empresa foi se expandindo, procurou se adequar ambientalmente. Através da Resolução da Diretoria em maio de 1973, foram traçados diretrizes e objetivos empresariais em relação ao meio ambiente, com a resolução 13/79, esses objetivos foram ratificados, tornando concreto os objetivos já mencionados, o sistema de controle ambiental foi ampliado, com a instalação de vários equipamentos nas diversas unidades de produção.

Em junho de 1990, foi assinado justamente com o Conselho de Política Ambiental do Estado de Minas Gerais (Copam), um termo de compromisso, visando à adequação das unidades funcionais à legislação ambiental. Com o encerramento dos compromissos, em agosto de 1998, a Usiminas foi convocada pela Fundação Estadual do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais (Feam) a fazer o licenciamento ambiental. Nesta ocasião, foi definido que a Usiminas procederia ao licenciamento em etapas e de forma seqüencial, devido a complexidade de suas atividades, ficando a mesma dividida em cinco áreas: laminações, aciarias, altos-fornos e sinterizações, apoio e coquerias.

Em 1996, a Usiminas procura se adequar à norma ISO 14001 de seu Sistema de Gestão Ambiental. Nos anos de 1999 e 2002, foram obtidas recertificações do seu Sistema de Gerenciamento Ambiental.

Estratégia empresarial da Usiminas

Procurando destacar uma imagem positiva da empresa A Usiminas parece ter entrado, contudo numa espécie de “mutirão” de ações ambientais e sociais que as empresas brasileiras estão colocando em prática, as quais abrangem programas de vários tipos, portes e finalidades, englobando desde preocupações ambientais até de formação profissional. No entanto, apesar da aparência de atenuação das desigualdades sociais que tal postura sugere, há por trás, a venda da imagem da empresa que, enxergou nessas atividades, a possibilidade de diminuir seus custos de produção em função de filantropias, que garantem isenções de impostos, bem como a obtenção de um maior lucro a partir da venda de produtos mais valorizados devido à imagem propagada da empresa. Um exemplo desta prática é desenvolvida pela Usiminas, que se proclama como realizadora pioneira de uma autêntica ação civilizadora na região, que era praticamente vazia, assim investindo em infraestrutura, lazer, educação, saúde, enfim, tudo o que pudesse viabilizar o desenvolvimento da cidade. Inclusive a justificativa utilizada pela empresa em sua defesa é a de que devido ao porte gigantesco de suas instalações e à necessidade de ocupar áreas mais ou menos distantes dos grandes centros, ela assim como outras siderúrgicas, sempre tiveram de investir em obras, saúde e educação para fixar os trabalhadores no local.

A Usiminas patrocina diversos projetos ambientais, dentre eles cita-se o Projeto de Educação Ambiental, denominado "Projeto Xerimbabo" que visa contribuir para a conscientização da Comunidade do Vale do Aço.

Em parceria com IEF - Instituto Estadual de Florestas e Fundação Relictos, a Empresa vem desenvolvendo, o Projeto de Reconstituição da Mata Ciliar dos rios Doce e Piracicaba, numa extensão de 22 Km. Este projeto envolve o plantio de 380.000 mudas de árvores nativas, das quais já foram plantadas 170.000 mudas.

Para adequação da qualidade ambiental da região e controle das fontes de poluição, a Empresa investiu, desde o início de sua operação até dez/99, U\$429,4 milhões. Somente no ano de 1999 foram investidos U\$18,4 milhões, sendo 40% destinados ao controle da poluição hídrica, 56% à poluição atmosférica e 4% para solo / sonora.

Donas de passivos ambientais históricos, a maior parte das siderúrgicas brasileiras nasceu sob as asas do governo e amparadas pela ideologia de que "poluição é desenvolvimento". Os últimos dez anos mostraram, contudo, uma nova face de um setor que teve para 2003, faturamento previsto de R\$ 34,4 bilhões e, em 2004, a previsão pode

chegar a R\$ 38,6 bilhões, segundo o Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS). Os investimentos na área ambiental, realizados pelas empresas que atuam no Brasil, foram de US\$ 878 milhões entre 1994 e 2000. E, entre 2001 e 2006, os números do IBS indicam o aporte de mais US\$ 1,121 bilhão, quase o mesmo volume de recursos que as empresas investiram ao ano, entre 1994 e 2000, cerca de US\$ 1,45 bilhão.

Na Usiminas, por exemplo, são gerados, em média, 750 quilos de resíduos sólidos para cada tonelada de aço produzido, quase a metade formada por escória de aciaria e alto-forno. As pesquisas realizadas pela empresa demonstraram que a lama do alto-forno é rica em carbono e, por isso, pode se transformar em um insumo importante para a indústria de cerâmica. Outra parte da escória, granulada, pode suprir as necessidades de outro setor da economia, as ferrovias.

As políticas ambientais adotadas pela Usiminas atendem à Legislação Ambiental e às exigências do mercado. Ainda que na década de 60, estas leis ambientais não fossem tão incisivas, a empresa optou por adotar um controle ambiental. Isso não quer dizer que a empresa se preocupava com a conservação da natureza, mas precisava controlar o ritmo de exploração dos recursos naturais, tendo em vista que a atividade siderúrgica é altamente impactante sobre o meio ambiente.

A produção da Usiminas é voltada substancialmente para o exterior, principalmente para o Japão. Através da necessidade de adaptar sua produção ao mercado exportador, a empresa procurou se adequar às normas universalmente aceitas, como as ISO. As políticas ambientais constituem, portanto, numa estratégia adotada pela empresa no sentido de incorporar o meio ambiente como diferencial de competitividade junto ao mercado internacional. Por se tratar de uma norma internacional padronizada, o selo tornar-se um importante cartão de apresentação da empresa junto a seus clientes internacionais. Em qualquer lugar do mundo a empresa tem seu sistema de gerenciamento ambiental reconhecido, haja vista que é uma linguagem universal, sendo assim, qualquer pessoa, em qualquer lugar sabe exatamente o que a empresa tem em termos de controle gerencial do ambiente. Trata-se, portanto, de uma “vantagem competitiva verde”.

Dentre os municípios que compõem a chamada, Região do Vale do Aço, o município de Ipatinga é o que apresenta o maior PIB municipal segundo FREITAS, 2003. O que se percebe, porém, é que tal desenvolvimento econômico não se encontra aliado ao desenvolvimento da qualidade ambiental. Esta, por efeito de dúvida, se encontra entre uma das mais baixas da região do vale do aço.

Os indicadores de qualidade de vida humana apresentam-se também baixo na cidade de Ipatinga (FREITAS et al, 2003, p. 23). Tal fato evidencia que a maioria da população não tem acesso à riqueza produzida pela Usiminas, por isso as políticas

ambientais adotadas pela empresa não se constituem em melhoria na qualidade de vida da população.

Considerações Finais

A Usiminas, por se tratar de uma indústria siderúrgica, caracteriza-se pelas atividades altamente impactantes no ambiente e, apesar de promover o crescimento econômico da região, não garantem o acesso da maioria das pessoas aos seus benefícios, mantendo grande parte da população à margem desse processo de crescimento.

Nota-se uma cumplicidade existente entre a prefeitura do município de Ipatinga e a Usiminas no que se refere às ações dessa empresa. A primeira divulga notas exaltando as iniciativas sociais, políticas e ambientais da Usina. Salienta-se que, muitas vezes, torna-se difícil discernir de quem é a responsabilidade do “desenvolvimento econômico” de Ipatinga, pois parece que Prefeitura e Empresa trabalham juntas na divulgação da imagem positiva do município.

A divulgação da imagem sócio-ambiental da empresa se constitui como *marketing* empresarial, em outras palavras, a Usiminas utiliza o meio ambiente - apesar do impacto gerado por suas atividades (no ar, na água, no solo) - e os seus trabalhos sociais, como um diferencial de competitividade no mercado, tendo em vista que ela vende uma imagem de empresa que se preocupa com o bem-estar da população residente no município de Ipatinga.

As ações normativas adotadas não necessitam se apoiar em estratégias de desenvolvimento a longo prazo, pois demonstram que as ações não apresentam um altruísmo com a preocupação pelo bem-estar da sociedade e do meio ambiente, mas com as exigências de mercado.

Em síntese, as ações sociais e ambientais adotadas pela Usina são justificadas pela necessidade da empresa se adequar ao mercado e conquistar uma vantagem competitiva, portanto, nada melhor do que incorporar o meio ambiente, que está em moda para conseguir uma “vantagem competitiva verde”. Os selos identificam a empresa no mercado nacional e, principalmente, no mercado internacional, tendo em vista que nestes já vêm embutidas características das empresas que adotaram um conjunto de normas.

REFERÊNCIAS

DIEGUES, Antônio Carlos. **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras**. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995. p. 31-67.

EGLER, Cláudio Antonio G.. Notas sobre sustentabilidade, desenvolvimento e regulação econômica. **Revista Território**. Rio de Janeiro: Garamond, nº 3, ano II, Jul./dez. 1997.

FREITAS, Ana Paula Gonçalves de.; MONTE-MÓR, Roberto Luís M.; BRAGA, Tânia Moreira. **Desenvolvimento, Meio Ambiente e Divisão Internacional do Trabalho**: análise empírica para uma região de

concentração de indústrias sujas e intensivas em recursos naturais no Estado de Minas Gerais: Belo Horizonte UFMG/Cedeplar, 2003.

LACERDA, Andressa; SIMÕES, Luisa. ISO 9000 e 14000: o mito da imagem de reestruturação. MOREIRA, Ruy (org). **A reestruturação Industrial e Espacial do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, 2003. 170 p.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

PAULA, João A. **Biodiversidade, população e economia**: uma região de Mata Atlântica. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1997. 671p.

RIO, Gisela A. Pires. Instrumentos de gestão ambiental: as estratégias empresariais em questão. **Revista Território**. Rio de Janeiro: Garamond, nº 3, ano II, Jul./dez. 1997.

SINGER, Paul. Evolução da Economia e vinculação internacional. **Brasil**: um século de transformações. SACHS, Ignacy (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Gestão ambiental da Usiminas. Disponível em:

<http://www.usiminas.infoinvest.com.br/static/.../sistema_gestao_ambiental.asp>. Acesso em 15 ago. 2004.

RELATÓRIO MENSAL DE MEIO AMBIENTE DA USIMINAS. Ipatinga: ago. 2004.

Revista informativa da prefeitura de Ipatinga. Orçamento Participativo. Jun. 2004.

Usiminas Jornal. Com energia e segurança. Ipatinga, ano XXXIX, nº 421, maio 2004.

Usiminas Jornal. A equipe faz a diferença. Ipatinga, ano XXXIX, nº 422, jun. 2004.

Usiminas Jornal. Avanço tecnológico. Ipatinga, ano XXXIX, nº 420, abr.. 2004.

Usiminas Jornal. Voluntários em ação. Ipatinga, ano XXXVIII, nº 409, Jun. 2003.

Usiminas Jornal. Foco nas ações sociais. Ipatinga, ano XXXIX, ed. especial, mar. 2004.

Usiminas Jornal. Viagem pelo tempo. Ipatinga, ano XXXIX, ed. especial, jun. 2004.

Usiminas Jornal. Tempo de colheita. Ipatinga, ano XXXIX, nº 419, mar. 2004.

Usiminas Jornal. Não perca o Xerimbabo. Ipatinga, ano XXXIX, ed. especial, jun. 2004.

Usiminas Jornal. Excelência Hospitalar. Ipatinga, ano XXXVIII, nº 411, ago. 2003.